Almanack, Guarulhos, v. 40, ef21201, 2026
http://doi.org/10.1590/2236-463340ef21201

A GUERRA DA CISPLATINA NO SEU BICENTENÁRIO: RENOVAÇÃO HISTORIOGRÁFICA E RUPTURAS HISTÓRICAS

Fabricio Prado[1,2]

RESUMO

A Guerra da Cisplatina (1825-1828) ocupou por muito tempo um lugar paradoxal na historiografia do Cone Sul. Apesar de seu profundo impacto sobre o Brasil, as Províncias Unidas do Rio da Prata e o surgimento do Uruguai independente, e a despeito da vasta literatura militar, diplomática e política dedicada ao tema, o conflito permaneceu relegado a uma posição secundária nas memórias nacionais, raramente integrado às narrativas de formação de cada país e marcado pela escassez de diálogo entre as historiografias nacionais. Este ensaio, centrado sobretudo na perspectiva brasileira e, em parte, na produção uruguaia, persegue três objetivos. Primeiro, mapear parte das contribuições de uma nova geração de historiadores, sem pretender cobrir toda a produção sobre o tema, mas destacando os trabalhos que considero mais generativos na renovação das perspectivas regionais e nacionais, atentos às práticas de recrutamento, à circulação de discursos políticos e ao papel da imprensa na conformação da cultura política. Segundo, analisar a guerra como ponto de ruptura nas redes comerciais transimperiais que estruturavam o espaço platino desde o período colonial, evidenciando o colapso do projeto Cisplatino e a desarticulação das conexões mercantis de Montevidéu, agravada

1 College of William & Mary, Virgínia, Estados Unidos.

2 Fabrício Prado é professor associado de História no College of William and Maryonde leciona cursos sobre América Latina Colonial e sobre História do Mundo Atlântico. Prado é autor de Colônia do Sacramento: o extremo sul da América portuguesa (2002); e Edge of Empire: Atlantic Networks and Revolution in Bourbon Rio de la Plata (University of California Press, 2015), que foi traduzido para o espanhol como El Borde del Império: redes atlánticas y revolución en el Río de la plata Borbónico (Prometeo, 2021). fpprado@wm.edu.

CC BY

pelo corso insurgente de Buenos Aires. Por fim, retomando a interpretação clássica de Spencer Leitman e os historiadores que recentemente avançam nessa direção, refletir sobre como os impasses socioeconômicos deixados pelo conflito alimentaram as tensões que culminaram na Guerra dos Farrapos (1835-1845).

PALAVRAS-CHAVE

Guerra da Cisplatina - independência - redes comerciais - Rio Grande do Sul - Guerra dos Farrapos - cultura política

CC BY

Almanack, Guarulhos, v. 40, ef21201, 2026
http://doi.org/10.1590/2236-463340ef21201

THE CISPLATINE WAR AT ITS BICENTENARY: HISTORIOGRAPHICAL RENEWAL AND HISTORICAL RUPTURES

ABSTRACT

The Cisplatine War (1825-1828) long occupied a paradoxical place in the historiography of the Southern Cone. Despite its profound impact on Brazil, the United Provinces of the Río de la Plata, and the emergence of an independent Uruguay, and notwithstanding the vast military, diplomatic, and political literature devoted to it, the conflict was relegated to a secondary position in national memory, rarely integrated into each country's founding narratives and marked by scant dialogue among the national historiographies. Centered primarily on Brazilian scholarship and, in part, on Uruguayan work, this essay pursues three aims. First, it maps part of the contributions of a new generation of historians, without attempting to cover the entire body of scholarship on the subject, but highlighting the works I find most generative in renewing regional and national perspectives, attentive to recruitment practices, the circulation of political discourse, and the role of the press in shaping political culture. Second, it analyzes the war as a point of rupture in the trans-imperial commercial networks that had structured the Platine region since the colonial period, tracing the collapse of the Cisplatine project and the unraveling of Montevideo's mercantile connections, aggravated by the insurgent privateering of Buenos Aires. Finally, returning to Spencer Leitman's classic interpretation and to the historians recently advancing in that direction, it reflects on how the socioeconomic impasses left by the conflict fed the tensions that culminated in the War of the Farrapos (1835-1845).

KEYWORDS

Cisplatine War - independence - commercial networks - Rio Grande do Sul - War of the Farrapos - political culture

Editoras responsáveis
Mariana Albuquerque Dantas
Melina Kleinert Perussatto

CC BY

Almanack, Guarulhos, v. 40, ef21201, 2026
http://doi.org/10.1590/2236-463340ef21201

A Guerra da Cisplatina (1825-1828) ocupa um lugar paradoxal na historiografia do Cone Sul. Apesar de seu impacto político, social e econômico para o Brasil, para as Províncias Unidas do Rio da Prata e para o surgimento do Uruguai independente, o conflito permaneceu, por muito tempo, relegado a uma posição secundária nas narrativas nacionais. Apesar do grande número de monografias e trabalhos sobre o tema, a memória nacional de cada país parece ter silenciado o episódio por razões distintas: no Brasil e na Argentina, a lembrança da derrota e da perda territorial; no Uruguai, o incômodo em reconhecer que sua independência se deu a partir de disputas e interferências de nações estrangeiras. Assim, a guerra aparece mais como um incômodo do que como um marco fundador.

Nas últimas décadas, contudo, novas gerações de historiadores têm buscado interpretar o conflito a partir de enfoques renovados, atentos não apenas aos aspectos diplomáticos e militares, mas também às dimensões sociais, políticas e culturais da guerra. Na Argentina, autores como Gabriel Di Meglio aprofundaram o estudo do recrutamento e da mobilização popular. No Uruguai, pesquisadores como Nicolás Duffau, Pablo Ferreira e Wilson González Demuro analisaram a imprensa, a linguagem política e os efeitos sociais do recrutamento, iluminando a complexa experiência oriental sob a ocupação luso-brasileira.

No Brasil, observa-se um movimento análogo. A partir da nova história política, assim como da militar, somadas à análise da imprensa e da cultura política, estudiosos vêm destacando os impactos locais e nacionais da Guerra da Cisplatina. Trabalhos recentes revelam como o conflito moldou práticas de mobilização social, redes regionais de poder e discursos de identidade política, tanto na província do Rio Grande do Sul quanto no centro do Império. Em conjunto, essa produção demonstra que a guerra foi para além de um episódio periférico, sendo um momento decisivo para a consolidação do Estado imperial e para a formação da cultura política brasileira.

Este ensaio, centrado principalmente na perspectiva historiográfica brasileira e, em parte, na produção histórica uruguaia, tem três objetivos principais. Em primeiro lugar, mapear parte das contribuições da nova geração de historiadores (sem, de forma alguma, tentar cobrir toda a

produção historiográfica sobre o tema), com ênfase nos trabalhos atentos às práticas de recrutamento, à circulação de discursos políticos e ao papel da imprensa. Em segundo lugar, analisar brevemente a guerra como ponto de ruptura nas redes comerciais que vinham estruturando o espaço platino desde o período colonial (uma reflexão que faço com base em minhas pesquisas anteriores). Por fim, retomando a interpretação clássica de Spencer Leitman, refletir sobre como os impasses deixados pelo conflito contribuíram para alimentar tensões sociais e econômicas que culminaram, poucos anos depois, na eclosão da Guerra dos Farrapos.

Renovação historiográfica

Durante muito tempo, a Guerra da Cisplatina permaneceu na margem da historiografia brasileira. Entre os grandes marcos da formação do Estado imperial – a Independência, em 1822, e a abdicação de D. Pedro I, em 1831 –, o conflito de 1825-1828 era lembrado sobretudo como um episódio incômodo: uma guerra onerosa em vidas e recursos, que terminou em derrota territorial com a perda da província Cisplatina. Essa visão consolidou uma tradição que relegou o episódio às margens das narrativas nacionais, apesar da vasta produção sobre o tema (especialmente nos aspectos militares, diplomáticos e políticos).

Nas primeiras décadas do século XXI, contudo, esse quadro passou por uma renovação e, dentre as novas vozes que apareceram, faço aqui um apanhado parcial de trabalhos que me pareceram mais generativos nas discussões sobre a temática com implicações regionais (sem, de forma alguma, pretender esgotar o tema nem a historiografia). Sob a influência da nova história política e militar, bem como de estudos atentos à cultura política e à imprensa, novas pesquisas buscaram iluminar a guerra a partir de dimensões sociais, políticas e culturais até então negligenciadas. Esse movimento é perceptível não apenas no Brasil, mas também na Argentina e no Uruguai, onde o conflito foi reaproximado das questões de recrutamento, mobilização popular, imprensa e cultura política[3]. Autores

3 Duffau & Ferreira, 2019

CC BY

como Gabriel Di Meglio[4] examinaram o peso da mobilização nos exércitos das Províncias Unidas, enquanto Wilson González Demuro[5] se debruçou sobre a imprensa e os discursos políticos no Uruguai. No Brasil, trabalhos de Fábio Ferreira[6], Murilo Dias Winter[7], Fabíula Manhães[8], Marcos Luft[9], e outros pesquisadores trouxeram contribuições decisivas para reconfigurar o lugar da Guerra da Cisplatina na história do Império. Essa renovação tem se dado, em boa medida, em espaços que reúnem pesquisadores dos dois lados do Prata, como o dossiê do bicentenário organizado por Pablo Ferreira e Murillo Dias Winter, que aproxima as produções brasileira e uruguaia e parte de um diagnóstico comum: apesar da vasta literatura, a guerra permaneceu pouco integrada às narrativas nacionais e as historiografias dialogaram pouco entre si, justamente por se tratar de uma região de fronteiras fluidas e cronologia difícil de enquadrar nos discursos fundacionais[10].

O estudo de Fábio Ferreira sobre Carlos Frederico Lecor e os Voluntários Reais constitui uma das contribuições mais relevantes para reposicionar a Cisplatina no processo de Independência do Brasil[11]. Ferreira desloca o eixo interpretativo da narrativa, de caráter exclusivamente militar, para evidenciar a habilidade política de Lecor, comandante luso-brasileiro que desempenhou um papel central na manutenção do território oriental sob controle da Coroa bragantina e, depois, na transição para o Império do Brasil.

Segundo Ferreira, Lecor deve ser entendido menos como mero oficial militar e mais como um articulador político capaz de negociar com diferentes atores: elites montevideanas, tropas portuguesas, Voluntários

4 Di Meglio, 2018

5 Demuro, 2016

6 Ferreira, 2012

7 Winter, 2022

8 Manhães, 2023

9 Luft, 2013

10 Ferreira & Winter, 2025

11 Ferreira, 2012

CC BY

Reais e, finalmente, o nascente Estado imperial. Sua pesquisa revela a ambiguidade do período 1822-1824, quando parte das tropas permanecia leal a D. João VI e às Cortes de Lisboa, enquanto Lecor, pragmaticamente, jurava fidelidade a D. Pedro I. Esse duplo pertencimento ilustra as contradições próprias de uma guerra travada em um espaço fronteiriço, em que a lealdade política não se confundia com as fronteiras nacionais ainda em formação. O mérito da pesquisa está em mostrar que o destino da Cisplatina foi forjado tanto nos campos de batalha quanto nas articulações políticas de Lecor e de seus aliados, integrando a história da guerra ao processo mais amplo da Independência brasileira.

Enquanto Ferreira privilegia a figura de Lecor, Murilo Dias Winter enfatiza a multiplicidade de projetos políticos que coexistiam na Cisplatina entre 1821 e 1824[12]. Seu estudo revela como a independência do Brasil repercutiu de maneira específica na província, evidenciando as diferentes alternativas de futuro imaginadas pelos atores locais. Winter destaca a maneira pela qual a Cisplatina se tornou um espaço de imbricação das crises portuguesas e espanholas. A região não podia ser interpretada só como apêndice do Brasil, mas, sim, como um território onde se cruzavam projetos de soberania oriundos de Lisboa, do Rio de Janeiro, de Buenos Aires e das próprias elites e setores populares orientais[13]. Um ponto central é a valorização da imprensa como espelho das disputas políticas. Ao analisar jornais como o *Pacífico Oriental*, Winter mostra como a imprensa local traduzia tanto os temores quanto as esperanças diante da independência brasileira[14]. Dessa forma, a Cisplatina aparece como um espaço de experimentação política, onde se gestavam alternativas que iam da manutenção dos vínculos com Lisboa à adesão ao Império do Brasil ou à união com as Províncias Unidas.

O trabalho de Fabíula Manhães traz a imprensa para o centro da análise, mostrando como jornais e panfletos foram instrumentos decisivos

12 Winter, 2017

13 Frega, 2007

14 Winter, 2017

CC BY

na construção da cultura política durante a Guerra da Cisplatina[15]. Manhães demonstra que a imprensa não apenas noticiava os acontecimentos, mas criava linguagens políticas que moldavam identidades coletivas e discursos de legitimidade. Ao explorar a circulação de impressos no sul do Brasil e na região Cisplatina, a autora evidencia como a guerra alimentava debates sobre soberania, cidadania e lealdade ao Império. Os periódicos se tornavam espaços de disputa simbólica: de um lado, exaltavam o patriotismo brasileiro e a necessidade de defender a integridade territorial do Império; de outro, registravam críticas às condições da guerra, ao peso do recrutamento e às dificuldades econômicas que atingiam as populações locais. O estudo também destaca o papel da imprensa na formação de identidades regionais e nacionais. No Rio Grande do Sul, por exemplo, os jornais reforçavam a ideia de que os sacrifícios da guerra colocavam a província no centro da defesa do Império, ao mesmo tempo que evidenciavam tensões entre interesses locais e decisões do governo central[16]. Por outro lado, o trabalho de Manhães também evidencia como os discursos políticos ao redor da guerra influenciaram de forma decisiva o vocabulário e a cultura política na imprensa do centro do país, permitindo que as políticas da fronteira efetivamente persuadissem a formação da cultura política no centro do Império.

A dissertação de Marcos Luft insere a Guerra da Cisplatina no contexto da "nova história militar" e dá uma dimensão social e regional ao conflito ao analisar o tema do recrutamento[17]. Focalizando a província do Rio Grande do Sul, Luft mostra como a guerra impactou diretamente a vida cotidiana das populações locais, sujeitas às práticas coercitivas de recrutamento e às arbitrariedades dos oficiais. Seu trabalho detalha a legislação que regulava o serviço militar, as interpretações dos comandantes e, sobretudo, as estratégias de resistência popular. Fugir do recrutamento, simular doenças, pedir isenção por meio de súplicas e substituições eram práticas comuns entre as camadas populares e setores intermediários[18]. Ao mesmo tempo,

15 Manhães, 2023

16 Manhães, 2023

17 Luft, 2013

18 Luft, 2013

CC BY

elites locais intercediam em favor de seus dependentes ou afilhados, revelando a trama de relações clientelistas que estruturava a sociedade sulina. O que torna a contribuição de Luft particularmente relevante é a forma como ele articula essas práticas de recrutamento e resistência com a formação social da província do Rio Grande do Sul. A guerra, longe de ser um episódio externo, impôs-se como uma experiência que forjou identidades, estruturou relações de poder e consolidou práticas políticas regionais. Nesse sentido, o recrutamento e sua contestação se tornaram arenas em que se expressavam tanto tensões locais quanto os dilemas da construção do Estado imperial.

Além disso, Luft ilumina a guerra como momento-chave para as políticas de fronteira. O Rio Grande do Sul, já marcado por sua condição de fronteira fluida e militarizada desde o período colonial, teve sua identidade provincial reforçada pela experiência da Cisplatina. O peso social da guerra se fez sentir não apenas nos deslocamentos populacionais e no trauma do recrutamento, mas também na consolidação de uma identidade fronteiriça que seria mobilizada em conflitos posteriores, como a Guerra dos Farrapos. Assim, Luft insere a Guerra da Cisplatina na nova história militar, como também a conecta ao processo de formação da província do Rio Grande e às dinâmicas sociais e políticas que estruturaram a fronteira sul do Império.

Do lado uruguaio, os trabalhos de Nicolás Duffau e Pablo Ferreira propõem "novos enfoques" sobre a ocupação luso-brasileira e seus efeitos na Província Oriental[19]. Tradicionalmente, a historiografia uruguaia tratou o período 1817-1830 como um interregno incômodo, uma fase de transição entre a queda do artiguismo e a independência. Contra essa leitura, Duffau e Ferreira revalorizam o período, apresentando-o como decisivo para a formação da sociedade uruguaia. Os autores destacam que a ocupação luso-brasileira e a posterior Guerra da Cisplatina tiveram impactos profundos em três níveis. Primeiro, sobre as elites locais, que precisaram redefinir alianças em um cenário marcado pela presença de Lecor e pela disputa entre Rio de Janeiro e Buenos Aires.

19 Duffau & Ferreira, 2020

CC BY

Parte dessas elites apoiou a integração ao Brasil, buscando preservar seus privilégios, enquanto outra parte via na união às Províncias Unidas a possibilidade de maior autonomia política. Segundo, sobre os setores populares, que herdaram o legado do artiguismo. A resistência a Lecor e às tropas luso-brasileiras expressava tanto uma rejeição à ocupação quanto a persistência de um projeto igualitário e federalista, ainda que fragmentado e em declínio após 1820. Terceiro, Duffau e Ferreira trazem à tona os efeitos da guerra sobre os escravizados e os indígenas. Embora marginalizados nas narrativas tradicionais, esses grupos tiveram participação ativa nas disputas, seja como soldados forçados, seja como comunidades impactadas pelo deslocamento populacional, pela violência e pela reconfiguração das relações de trabalho. A guerra, assim, não foi apenas uma luta entre exércitos formais, mas uma experiência social que remodelou profundamente o tecido da Província Oriental.

A relevância dessa contribuição reside em inscrever a Guerra da Cisplatina na história social e cultural do Uruguai, mostrando que o processo de independência oriental foi moldado tanto pelas elites quanto pela mobilização de setores subalternos. Dessa forma, os "novos enfoques" aproximam a historiografia uruguaia da brasileira, que também passou a enxergar o conflito como momento de formação social e cultural, e não apenas militar.

A produção recente evidencia uma importante convergência entre a historiografia brasileira e a uruguaia. Em ambos os casos, a guerra é reinterpretada à luz da cultura política, da imprensa e da mobilização social, superando a visão restrita a batalhas e tratados diplomáticos. As diferenças residem na ênfase: no Brasil, o foco recai sobre os impactos da guerra na consolidação do Império, na construção das instituições militares e na formação de uma cultura política imperial[20]. No Uruguai, a atenção se volta para a experiência social da ocupação, para a resistência artiguista e para a redefinição das identidades coletivas[21]. Não por acaso, essa aproximação tem encontrado expressão em iniciativas editoriais

20 Ferreira, 2012; Winter, 2017; Manhães, 2023; Luft, 2013

21 Duffau & Ferreira, 2020

CC BY

conjuntas, como o dossiê de bicentenário organizado por Pablo Ferreira e Murillo Dias Winter, que reúne pesquisadores brasileiros e uruguaios em torno de uma leitura transnacional do conflito, atenta à fluidez das identidades e à pluralidade de projetos políticos em disputa no espaço platino[22].

Ao articular esses aportes, percebemos que a Guerra da Cisplatina não pode ser reduzida a um "fracasso" militar ou a um "episódio marginal". Foi, ao contrário, um momento de inflexão em que se redefiniram as bases políticas, sociais e identitárias do Brasil imperial, das Províncias Unidas e da nascente República Oriental.

A independência do Brasil, a Cisplatina e a ruptura das redes comerciais coloniais

A incorporação da Banda Oriental ao Império Luso-Brasileiro em 1821 representou o ápice da política expansionista da corte do Rio de Janeiro. Desde a fundação da Colônia do Sacramento, passando pelo domínio luso-brasileiro de Montevidéu após 1817, o espaço platino esteve integrado em redes comerciais de longa duração que vinculavam a região aos circuitos atlânticos do Brasil, da Europa e da América do Norte. Entretanto, a independência do Brasil, em 1822, e suas consequências entre as forças luso-brasileiras na Banda Oriental desarticularam redes herdadas do período colonial, fragilizando a posição das elites montevideanas que haviam apostado no projeto cisplatino.

O impacto econômico e político da independência foi imediato. Montevidéu, que até então funcionava como entreposto comercial e eixo do comércio transimperial, viu-se reduzida a um entreposto dependente dos portos brasileiros. O movimento marítimo do porto de Montevidéu revela o peso crescente das embarcações oriundas do Rio de Janeiro e da Bahia entre 1810 e 1817, período em que mais de 24% dos navios que chegavam ao porto oriental vinham diretamente do Brasil[23]. Essa

22 Ferreira & Winter, 2025

23 Prado, 2022

CC BY

centralidade, que poderia parecer uma vantagem conjuntural, acabou por criar laços de dependência, que se tornaram frágeis no momento em que o Império do Brasil rompeu com Lisboa.

A presença de comerciantes da elite oriental, como partícipes do projeto Cisplatino, como Matteo Magariños, Francisco Joanicó ou Manuel Diago, demonstra que o capital local estava intrinsecamente vinculado ao comércio transimperial, em particular ao Brasil. A mudança após 1817, com a ocupação luso-brasileira, foi radical. O movimento naval tornou-se cada vez mais restrito a rotas ligadas ao Brasil, e o comércio com outros portos atlânticos passou a ser mediado por mercadores luso-brasileiros[24]. Esse processo de "brasilianização" das redes de Montevidéu manteve por um tempo o *status quo* das oligarquias locais, mas fragilizou a cidade diante da independência do Brasil. Quando D. Pedro rompeu com Lisboa, os batalhões de Voluntários Reais se recusaram a jurar fidelidade ao novo imperador, precipitando uma guerra civil entre tropas luso-brasileiras. A crise política se traduziu em crise comercial: as conexões transimperiais foram abaladas e a Cisplatina tornou-se a última província a jurar lealdade ao Brasil, em 1824[25].

O peso da independência do Brasil sobre o comércio cisplatino não pode ser compreendido isoladamente. Ele se insere em um processo mais amplo de desarticulação das redes comerciais coloniais. Durante o período tardo-colonial, Montevidéu havia sucedido Sacramento como nó central das trocas com o Rio de Janeiro e a Bahia. Esse arranjo garantia a continuidade de práticas de comércio transimperial que desafiavam as restrições metropolitanas. Com a independência, essas redes foram submetidas a pressões políticas inéditas. O Rio de Janeiro, agora capital de um império independente, buscava controlar as rotas de forma mais rígida, privilegiando o comércio direto e reduzindo a autonomia de Montevidéu em suas conexões com outras potências Atlânticas. Além disso, ao sair da órbita hispânica, Montevidéu perdia sua primazia portuária para as demais províncias hispanas do Rio da Prata. Ao mesmo tempo, Buenos

24 Prado, 2022

25 Prado, 2022

CC BY

Aires reforçava sua pretensão de centralizar o comércio platino, o que restringiu ainda mais o espaço de manobra das elites Cisplatinas.

Somado a esses fatores, o golpe crucial ocorreu durante a guerra civil entre os Voluntários Reais e as tropas Cisplatinas de Lecor, leais ao projeto do Rio de Janeiro. Entre 1822 e 1824, os Voluntários Reais ocuparam Montevidéu e praticamente paralisaram o comércio luso-brasileiro na região. Com a perda do principal porto comercial, as elites comerciais viram o esgotamento econômico, político e fiscal do projeto de aliança entre as oligarquias comerciais orientais e as elites luso-brasileiras. A consequência foi o colapso do projeto Cisplatino: as antigas redes que ligavam Montevidéu ao mundo atlântico perderam consistência, e a própria elite mercantil que havia apoiado a anexação ao Brasil passou a se distanciar da administração imperial.

A desarticulação comercial não pode ser compreendida sem referência ao corso. Como mostrou Sartoretto, os corsários insurgentes de Buenos Aires desempenharam um papel decisivo nas disputas pela soberania marítima no Rio da Prata. Entre 1815 e 1828, corsários armados sob a bandeira das Províncias Unidas capturaram dezenas de embarcações ligadas ao comércio luso-brasileiro, comprometendo rotas e intensificando o clima de insegurança[26]. O corso funcionava não apenas como instrumento militar, mas como modelo de negócio e forma de sobrevivência em meio à instabilidade política. Muitos armadores e capitães combinavam motivações econômicas e políticas, reforçando a ligação entre a guerra de independência e os interesses mercantis[27]. O bloqueio corsário minava a viabilidade do projeto Cisplatino, pois enfraquecia a capacidade de Montevidéu de se manter como porto redistribuidor, e criava incertezas, desordens e prejuízo no comércio de portos brasileiros como Rio de Janeiro e Bahia, espraiando o conflito além da região platina.

Além disso, o corso acentuava a rivalidade entre Buenos Aires e Rio de Janeiro. Ao atacar embarcações que abasteciam Montevidéu, os

26 Sartoretto, 2022

27 Sartoretto, 2022

CC BY

corsários insurgentes buscavam desestabilizar a presença luso-brasileira e reverter o domínio comercial. Essa guerra paralela de corso contribuiu para transformar a independência do Brasil em fator de desagregação das redes coloniais: o mar, que antes unia portos e mercadores, tornou-se espaço de confronto e de captura. A crise comercial provocada pela independência e pelo corso teve repercussões profundas na sociedade Cisplatina. As elites mercantis que haviam sustentado o projeto monarquista perderam espaço e viram sua base econômica corroída. Além de redefinir as fronteiras políticas, a independência do Brasil reconfigurou profundamente as redes comerciais do Atlântico Sul.

Esse processo levou ao colapso do projeto Cisplatino e abriu caminho para a Cruzada Libertadora dos "33 Orientales". Mais do que um episódio regional, trata-se de um caso exemplar de como as independências ibero-americanas desmantelaram padrões de comércio de longa duração, substituindo redes transimperiais por novos arranjos nacionais e regionais.

Guerra da Cisplatina e a eclosão da Guerra dos Farrapos

O desfecho da Guerra da Cisplatina, em 1828, representou não apenas a perda territorial da Banda Oriental para o Império do Brasil, mas também a imposição de severos custos socioeconômicos à província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Os estancieiros sulinos, que haviam apostado no projeto Cisplatino e sustentado pesados investimentos militares e produtivos durante o conflito, viram-se repentinamente desprovidos dos férteis campos da margem oriental do Prata. Essa frustração econômica, associada à percepção de abandono por parte do governo central, foi um dos elementos que alimentou a instabilidade regional nas décadas subsequentes[28].

Trabalhos recentes têm retomado e ampliado essa leitura. Daniel Rei Coronato, ao examinar a interação entre política externa e administração provincial no Rio Grande do Sul entre 1828 e 1835, mostra que a Convenção de Paz de 1828, longe de pacificar a região, converteu a fronteira seca

28 Leitman, 1979

CC BY

recém-criada em foco permanente de conflitos e vínculos transfronteiriços, expondo os limites do Império para consolidar sua soberania no espaço platino. Nesse quadro, as elites rio-grandenses atuaram como mediadoras entre interesses locais e imperiais, e a instabilidade regional, somada às redes de sociabilidade que atravessavam a fronteira, constituiu um fator estrutural para a eclosão da Guerra dos Farrapos[29].

A conjuntura pós-guerra expôs a assimetria entre as políticas adotadas pela Regência, voltadas prioritariamente à consolidação institucional e econômica do centro-sul do país, e as demandas da fronteira meridional. Enquanto Rio de Janeiro e São Paulo experimentavam o fortalecimento de atividades comerciais e de estruturas administrativas, o Rio Grande enfrentava o declínio de suas bases produtivas. A perda da Cisplatina significava tanto a redução de um espaço vital para a pecuária quanto a interrupção de circuitos econômicos que, desde o período colonial, articulavam o Rio Grande e a Banda Oriental em uma mesma dinâmica agropastoril e comercial.

A isso somaram-se condições climáticas adversas. Secas prolongadas ao longo da década de 1830 agravaram as dificuldades de produção e contribuíram para a escassez de recursos na província. A vulnerabilidade da economia pecuária gaúcha, dependente de vastas pastagens e da exportação de charque, tornava o impacto das estiagens particularmente severo. Os prejuízos se refletiam na subsistência das famílias estancieiras, assim como na disponibilidade de excedentes para o comércio interprovincial, reforçando a sensação de marginalização diante das prioridades do governo central[30].

O trabalho realizado em coautoria com Susana Bleil de Souza mostra como, desde o período Cisplatino (1816-1828), a economia pastoril do Rio Grande estava profundamente integrada à Banda Oriental, configurando um espaço fronteiriço comum, marcado pela mobilidade de rebanhos, mão de obra e capitais. Com a independência do Uruguai em 1828, essa lógica foi abruptamente desarticulada. Muitos estancieiros viram-se

29 Coronato, 2025

30 Leitman, 1979

CC BY

desapropriados ou deslocados, sem garantias legais sobre suas antigas posses. Embora alguns tenham voltado a se estabelecer em território oriental na década seguinte, a instabilidade política local e as constantes expropriações ou embargos por parte de caudilhos uruguaios tornavam incerto o usufruto da terra e do gado.

Nesse contexto, os estancieiros riograndenses passaram a reivindicar maior proteção do governo central, ao mesmo tempo em que se organizavam politicamente na Assembleia Provincial. Como evidenciam os documentos de fronteira analisados em nossa pesquisa, esses proprietários não apenas registravam suas queixas sobre "opressões e violências" sofridas em território oriental, mas também cobravam do Império medidas concretas em defesa da propriedade privada. Contudo, a neutralidade diplomática adotada pelo governo imperial diante das disputas internas no Uruguai acentuava a percepção, entre as elites rio-grandenses, de que seus interesses eram sistematicamente negligenciados. A combinação de fatores – perda de campos férteis, secas prolongadas, instabilidade política na fronteira e políticas imperiais centradas em outras regiões – criou condições políticas para a explosão da Guerra dos Farrapos, em 1835. Como apontou Spencer Leitman, as raízes socioeconômicas da revolta encontram-se justamente no desequilíbrio entre os interesses do latifúndio pastoril gaúcho e a lógica centralizadora do Estado imperial[31]. Como já se observou, Coronato[32] sublinha que a ausência de mecanismos de compensação econômica para os estancieiros, somada às tensões da política externa e à indefinição de limites, foi determinante para a eclosão do conflito.

Portanto, a Guerra da Cisplatina não deve ser interpretada apenas como uma derrota militar ou diplomática, mas como um marco de inflexão na história socioeconômica do Rio Grande do Sul, do Império do Brasil e do Cone Sul. Ela inaugurou um período de mudanças estruturais que levaram a rearticulações comerciais, políticas e militares. Frutos dessas tensões e das contradições intrínsecas a tais processos, em uma

31 Leitman, 1979

32 Coronato, 2025

CC BY

década após o fim das hostilidades, eclodiu a mais longa revolta regencial do Império do Brasil, a Guerra dos Farrapos (1835-1845). Ao perderem a Banda Oriental, os estancieiros gaúchos foram privados de terras essenciais à sua reprodução econômica, além de se virem desassistidos por um governo central que canalizava recursos e políticas para o centro do país. As secas, a desarticulação das redes fronteiriças e a ausência de políticas compensatórias completaram o quadro de frustração. A Revolução Farroupilha, nesse sentido, pode ser vista como resultado direto do trauma da Cisplatina, um desdobramento tardio de um conflito mal resolvido que deixou cicatrizes profundas na sociedade sulina.

Conclusão

A Guerra da Cisplatina, antes relegada a um lugar marginal nas narrativas nacionais, deve ser compreendida como um momento de inflexão na história política e social do Cone Sul. A produção historiográfica recente evidencia que o conflito não só reconfigurou fronteiras e equilíbrios diplomáticos, como também incidiu sobre práticas de mobilização, linguagens políticas e redes comerciais de longa duração. Ao iluminar as tensões entre elites e setores populares, centro e periferia, essa literatura tem reposicionado a guerra como experiência constitutiva das culturas políticas brasileira, argentina e uruguaia. Longe de um "episódio incômodo", a Cisplatina revela-se, assim, um laboratório de transformações estruturais, cujos efeitos se prolongaram nas décadas subsequentes, inclusive nas revoltas regionais que marcaram o período regencial.

Referências Bibliográficas

CORONATO, Daniel Rei. "Entre a Cisplatina e a Guerra Civil: política externa e a província do Rio Grande do Sul (1828-1835)". Tempo. Niterói, v. 31, n. 3, 2025.

DEMURO, Wilson González. "La prensa en tiempos de la Provincia Cisplatina. El Pacífico Oriental de Montevideo y los ecos del constitucionalismo portugués en el Río de la Plata" Improntas de la historia y la comunicación, n. 2, p. 1-33, FPyCS-Universidad Nacional de La Plata, 2017.

DIAS WINTER, Murillo. Os negócios neste reino exigem atenção: apontamentos sobre a independência do Brasil na província Cisplatina (1821-1824). In: VARGAS, Jonas M. Belicosas fronteiras: contribuições recentes sobre política, economia e escravidão em sociedades americanas (século XIX). Porto Alegre: Editora Fi, 2017

CC BY

DIMEGLIO, Gabriel, "Un Ejército de muchos nombres. La Difícil formación de la fuerzas militares rioplatenses en la guerra entre las Provincias Unidas y el Império del Brasil. Claves. Revista de Historia, v. 4, n. 7 Montevideo, 2018.

DUFFAU, N.; FERREIRA, P. "Dossier - Nuevos enfoques sobre la ocupación luso-brasileña en la Provincia Oriental (1817-1830)" Mar del Plata: Historiapolitica. com i. s/d

FERREIRA, Fábio. O General Lecor, os Voluntários Reais e os conflitos pela Independência do Brasil na Cisplatina (1822-1824). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2012.

FERREIRA, Pablo & WINTER, Murillo Dias. "Os 200 anos da Guerra da Cisplatina: abordagens transnacionais em meio a celebrações nacionais (apresentação)" Tempo, Niterói, v. 31, n. 3, 2025.

FREGA, Ana. Pueblos y Soberanía en la revolución artiguista. Montevideo, Ediciones de la Banda Oriental, 2007.

LEITMAN, S. Raízes Socioeconômicas da Guerra dos Farrapos RJ: Graal, 1979.

LUFT, Marcos. Essa Guerra Desgracada: recrutamento militar e a Guerra da Cisplatina Dissertação de Mestrado, UFRGS, 2013

Manhães, Fabiula. O Soldado e a Pena: um estudo sobre as repercussões da Guerra da Cisplatina na imprensa fluminense Dissertação de Mestrado, UFJF, 2023.

PRADO, Fabrício; Souza, Susana Bleil, "Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX" IN: Neumann e Grijó Capítulos de História do Rio Grade do Sul. Porto Alegre, EDURGS, 2004.

PRADO, Fabrício. Comércio luso-brasileiro no Rio da Prata e a Independência do Brasil: continuidades e rupturas (1777-1824). História Econômica & História de Empresas, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 62–93. DOI: 10.29182/hehe.v25i1.872. Disponível em: https://www.hehe.org.br/index.php/rabphe/article/view/872, 2002. Acesso em: 26 jun. 2026.

SARTORETTO, Eduardo "Para donde quiera que fuese, será buena presa": uma análise da atuação e das relações dos corsários insurgentes de Buenos Aires, no início do século XIX. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, RS, 2022.Recebido em: 23/09/2025 - Aprovado em: 27/03/2026

Disponibilidade de dados

Os dados e demais informações obtidas para o presente estudo estão no próprio texto.

CC BY